

SAÚDE SOCIAL E ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA NO CONTEXTO DAS CIDADES BRASILEIRAS¹

Eduardo Luiz Soletti Pscheidt ²
Luna Rocha Dantas ³

INTRODUÇÃO

Diante dos desafios ambientais globais, a adaptação climática tornou-se uma prioridade. Em um contexto de persistente falha em reduzir as emissões de gases de efeito estufa e da necessidade de se considerar a interconexão das mudanças climáticas com outras preocupações sociais, ambientais e econômicas, as cidades, como centros de atividade econômica e social, têm um papel crucial nesse processo.

Em razão disso, este trabalho tem por objetivo geral analisar o protagonismo das cidades na busca pela adaptação climática, com especial atenção à análise do componente de bem-estar social e saúde social inserido nos planos climáticos avaliados.

Como o problema de pesquisa busca-se responder a seguinte pergunta: os planos de adaptação climática em vigor no Brasil enfrentam a questão da saúde social e sua relação com ambientes climáticos extremos? Essa problemática se justifica a partir das questões sociais que englobam a crise climática e potencialmente serão agravadas com eventos climáticos extremos.

¹ O presente artigo foi escrito com fomento público através da Capes, pelo programa Proex, financiamento 001 e pela Fapesc, através do Edital n° 18/2024a, estando vinculado a Linha de Pesquisa Direito Ambiental, Transnacionalidade e Sustentabilidade do PPCJ e ao Centro de Estudos sobre Direito e Transnacionalidade.

² Doutorando e Mestre em Ciência Jurídica pelo PPCJ/Univali. Advogado. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0223476270347104>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5368-0060>. E-mail: eduardo@solettipscheidt.com

³ Mestranda em Ciência Jurídica pelo PPCJ/Univali com bolsa integral da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), Edital 18/2024a. Advogada. <http://lattes.cnpq.br/7633413058653943>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-9213-0429>. E-mail: luna@buzaglodantas.adv.br

Como base para a pesquisa serão analisados os projetos de climáticos das cidades brasileiras de São Paulo/SP e Rio de Janeiro/RJ e como objeto de análise comparativa com os projetos municipais brasileiros, será analisado o plano de adaptação climática da cidade de Haia, que é reconhecido internacionalmente como um paradigma do comprometimento com a qualidade de vida de seus habitantes, sendo utilizadas essas as cidades brasileiras escolhidas por considerar o número de habitantes dessas cidades, as duas maiores do país, e a existência de um plano de adaptação climático sólido que justifica sua análise comparativa, já que muitos municípios brasileiros ainda possuem lacuna nesse planejamento.

O planejamento climático estratégico que engloba as diversas facetas das mudanças climáticas deve estar alinhado com a saúde social, muito mais do que diminuir a emissão de GEE, a resiliência climática nas cidades deve ser acompanhada pelas dimensões sociais da sustentabilidade. Neste contexto, a relevância de elementos urbanos como os espaços verdes para a saúde social dos habitantes torna-se evidente. Embora frequentemente subestimado, o impacto desses espaços na saúde social – compreendida como a forma de interação do indivíduo com o próximo, suas relações e engajamento com as instituições sociais – é significativo.

A hipótese de pesquisa levantada é que, enquanto as cidades brasileiras demonstram este potencial, a análise comparativa, especialmente com planos como o de Haia, ressalta a necessidade de aprimorar a relevância e a integração dos componentes de bem-estar social e saúde social em seus próprios planos climáticos para alcançar uma resiliência urbana verdadeiramente abrangente.

A Metodologia empregada, registra-se que, na Fase de Investigação foram utilizados o Método Indutivo e o Método Comparativo, na Fase de Tratamento de Dados o Método Cartesiano.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DE SAÚDE SOCIAL

A sustentabilidade social se concentra na realização do bem-estar humano, de modo a abordar as necessidades pertinentes para a melhoria da qualidade de vida da comunidade em uma visão holística. Assim, comunidades sustentáveis atendem as necessidades dos moradores atuais e futuros, respeitam o meio ambiente e contribuem para a alta qualidade de vida, com ambientes planejados, construídos e administrados para promover igualdade de oportunidade e serviço para todos.⁴

Seja considerando o Relatório Brundtland, seja considerando a Agenda 2030, a esfera das cidades tem sido ponto focal do desenvolvimento sustentável a ponto de o ODS 11 visar especificamente a criação de cidades e comunidades sustentáveis, dando peso institucional ao “pensar globalmente, agir localmente” dito por Ulrich Beck.⁵

Por este ângulo, é fundamental que se estructurem respostas na forma de Políticas Públicas e gerenciamento por parte do Estado para a Agenda 2030 e da busca pela efetivação destes objetivos, aumentando a resiliência da população para com os efeitos das mudanças climáticas, através da estruturação de projetos para alcance de uma saúde social eficaz.

As mudanças climáticas não afetam apenas ecossistemas e economias: elas impactam profundamente as dimensões sociais da saúde. Em situações de enchentes, secas, ondas de calor ou incêndios florestais, comunidades sofrem não apenas perdas materiais, mas também rupturas em laços sociais, fragilização de redes de apoio e aumento da solidão.

⁴ WANG, Kun; KE, Yongjian. Social sustainability of communities: a systematic literature review. **Sustainable Production And Consumption**, [S.L.], v. 47, p. 585-597, jun. 2024. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.spc.2024.04.031>.

⁵ BECK, Ulrich. **A metamorfose do mundo**. Zahar: São Paulo. 2018.

Pessoas expostas a desastres climáticos relatam níveis mais altos de isolamento social e menor percepção de suporte comunitário, fatores diretamente ligados ao bem-estar individual e coletivo. Assim, compreender a “saúde social” como parte da saúde integral é fundamental para políticas públicas no contexto climático.⁶

A perspectiva dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) reforça essa abordagem, de modo que o ODS 3, que trata da saúde e bem-estar, não pode ser cumprido sem integração com o ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis) e o ODS 13 (ação contra a mudança global do clima). A resiliência social — entendida como a capacidade de comunidades manterem vínculos, confiança e suporte mesmo em meio a crises — é um elo entre esses objetivos. Investir em coesão social, espaços urbanos inclusivos e infraestrutura de apoio comunitário torna-se tão estratégico quanto investir em mitigação das emissões ou em obras de contenção de enchentes.⁷

A saúde social no contexto climático aponta que conexões comunitárias são fator-chave de resiliência, evidenciando como vítimas de incêndios e enchentes, quando são indivíduos com redes sociais sólidas, participação em grupos comunitários e senso de pertencimento apresentam maior capacidade de recuperação psicológica e funcional.⁸

⁶ LAM, Jack; LI, Ang. Effects of climate-related disasters on loneliness, social support, social functioning, and social contacts: longitudinal analyses of impact and recovery. **Scientific Reports**, [S.L.], v. 15, n. 1, p. 1-8, 28 mar. 2025. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1038/s41598-025-95408-w>.

⁷ RAMIREZ-RUBIO, Oriana; DAHER, Carolyn; FANJUL, Gonzalo; GASCON, Mireia; MUELLER, Natalie; PAJÍN, Leire; PLASENCIA, Antoni; ROJAS-RUEDA, David; THONDOO, Meelan; NIEUWENHUIJSEN, Mark J.. Urban health: an example of a “health in all policies” approach in the context of sdgs implementation. **Globalization And Health**, [S.L.], v. 15, n. 1, p. 1-21, dez. 2019. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1186/s12992-019-0529-z>.

⁸ CRUWYS, Tegan; MACLEOD, Emily; HEFFERNAN, Timothy; WALKER, Iain; STANLEY, Samantha K.; KURZ, Tim; GREENWOOD, Lisa-Marie; EVANS, Olivia; CALEAR, Alison L.. Social group connections support mental health following wildfire. **Social Psychiatry And Psychiatric Epidemiology**, [S.L.], v. 59, n. 6, p. 957-967, 10 jul. 2023. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s00127-023-02519-8>.

Esses elementos não são acessórios: são determinantes de saúde que mediam como o impacto climático se traduz em sofrimento ou em superação. Portanto, a promoção de políticas que fortalecem vínculos sociais deve ser entendida como estratégia de adaptação às mudanças climáticas.

Entretanto, a mensuração da saúde social em cenários de crise climática ainda é incipiente, especialmente na América Latina. A maioria dos estudos concentra-se em saúde mental, deixando em segundo plano indicadores sociais padronizados, como coesão comunitária, suporte social percebido ou participação cívica.⁹

Essa lacuna metodológica dificulta a implementação de políticas baseadas em evidências e impede o acompanhamento de longo prazo dos efeitos sociais das emergências climáticas. Incorporar essas métricas em pesquisas e levantamentos pós-desastre é uma necessidade para orientar intervenções alinhadas aos ODS, bem como a análise de saúde, que justifica o exercício comparativo proposto.

É necessário reconhecer que a saúde social constitui um direito e um recurso essencial frente às mudanças climáticas, não se tratando apenas de mitigação de riscos físicos, mas também de promover ambientes que favoreçam a reconstrução de laços, a solidariedade e a inclusão social. Essa perspectiva amplia a agenda dos ODS, evidenciando que o bem-estar individual nas cidades depende tanto de infraestrutura física quanto da vitalidade das relações sociais.

Enfrentar a crise climática com foco na saúde social impõe uma análise holística, significa que é necessário investir em comunidades mais coesas, resilientes e sustentáveis — pilares indispensáveis para um futuro justo e saudável.

⁹ OZEKI, Kayoko; OJIMA, Toshiyuki. Factors Contributing to Pharmacies With Good Disaster Preparedness and the Activities of Their Prefectural Pharmaceutical Association: pharmacies resilience and associations. *Disaster Medicine And Public Health Preparedness*, [S.L.], v. 18, p. 1-20, 2024. **Cambridge University Press** (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/dmp.2024.12>.

2 ANÁLISE DOS PROJETOS CLIMÁTICOS

A escolha de análise das cidades brasileiras do Rio de Janeiro e São Paulo e seus respectivos planos de adaptação climática se justificam por dois motivos. Primeiramente, são as maiores capitais brasileiras, com populações estimadas para 2025 de aproximadamente 11,9 milhões para São Paulo, 6,7 milhões para o Rio de Janeiro, portanto a adaptação climática se torna ainda mais complexa e delicada, demandando planos climáticos densos e técnicos.

Além disso, em comparação com outras cidades brasileiras, são planos climáticos que endereçam a questão do bem-estar de sua população como fator de planejamento climático, contribuindo para o aprimoramento da presente discussão.

De mesmo ponto, plano de adaptação climática da cidade de Haia, que é reconhecido internacionalmente como um paradigma do comprometimento com a qualidade de vida de seus habitantes é apresentado e utilizado como balizador da comparação a realidade brasileira.

2.1 Plano Climático da Cidade de São Paulo (Planclima)

O Plano Climático da Cidade de São Paulo (Planclima), reconhece que a adaptação climática não é uma questão meramente ambiental, mas é um enfrentamento de crise multifacetado, permeado pela questão social:

O PlanClima SP não é um plano ambiental, embora tenha alguns conteúdos ambientais. É um Plano que procura enxergar como a vida em São Paulo será afetada pela mudança do clima e como a população poderá reagir a isso. Essas alterações são uma oportunidade para promover um desenvolvimento mais inclusivo, coerente com a função social da cidade, distribuindo com equidade os ônus e os bônus da mudança do clima e contribuindo para reduzir as desigualdades¹⁰.

Para efetivar sua visão de cidade, o PlanClima SP guia-se por dois

¹⁰ SÃO PAULO. PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. **Plano de Ação Climática do Município de São Paulo (PlanClima SP)**. 2022. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/secretaria_executiva_de_mudancas_climaticas/w/acesso_a_informacao/acoes_e_programas/planclimaspp/315991. Acesso em: 1 abr. 2025, p. 14.

objetivos gerais. O primeiro relacionado à redução de gases de efeito estufa, em que pretende até 2030 reduzir em 20% das emissões do Município de São Paulo em relação aos níveis de 2017. O segundo objetivo geral é implementar as medidas necessárias para fortalecer a resiliência do Município, reduzindo as vulnerabilidades sociais, econômicas e ambientais da população paulistana e aumentando sua capacidade de adaptação. Para a realização desses objetivos, o PlanClima SP está estruturado em cinco estratégias, que trazem objetivos específicos de mitigação e adaptação, refletidos em 44 ações com metas e marcos de execução. As estratégias são: "Rumo ao carbono zero em 2050", "Adaptar a cidade de hoje para o amanhã", "Proteger pessoas e bens", "Mata Atlântica, precisamos de você!" e "Gerar trabalho e riqueza sustentáveis".

Em relação ao seu segundo objetivo, o Planclima reconhece que a expansão da cidade de São Paulo dependeu de décadas de supressão de vegetação nativa e impacto ambiental significativo em seus recursos naturais. Contudo, para além disso, o aumento da população sem o devido planejamento exigiu o deslocamento de sua população mais vulnerável para as áreas com maiores riscos ambientais, situação que se solidificou até os dias de hoje e reflete conceitos importantes na urbanização como o racismo ambiental.

A meta do Planclima de “adaptar a cidade de hoje para o amanhã” se relaciona de forma direta com a saúde social de seus habitantes. Entre os objetivos específicos dessa meta estão: Maximizar a aplicação, eficiência e eficácia dos instrumentos urbanísticos utilizados, com a finalidade de promover a adaptação aos impactos da mudança do clima; Aumentar a oferta de habitação popular; minimizar a demanda por serviços de transporte. Além disso, a cidade se compromete até 2030 ampliar e garantir o monitoramento dos instrumentos urbanísticos que têm foco em ações de adaptação e mitigação à mudança do clima.

Quando se fala em saúde social, uma das metas que mais se destaca nesse sentido é a de incrementar o provimento habitacional para população de baixa renda. Os indicadores de sucesso desse objetivo específico

são:

Déficit habitacional em relação ao total de domicílios (%); • Famílias beneficiadas por procedimentos de regularização fundiária (%); • Número de unidades habitacionais entregues por meio de programas habitacionais e parcerias firmadas, por período (un)¹¹

Aprimorar a qualidade de vida da população através de habitações sustentáveis, resilientes, afastadas de áreas com riscos de deslizamentos ou enchentes une a adaptação climática com uma necessidade latente de pensar a coletividade nas cidades brasileiras. Pensando em uma lógica de economia estatal, quando se gasta mais com planejamento urbano, se gasta menos com a recuperação necessária após desastres climáticos.

Como obstáculo à implementação dessas medidas, entretanto, o próprio Planclima reconhece que é a dependência de disponibilização de recursos e financiamentos públicos para esses fins. Existe a demanda para a articulação e negociação política e legal para aprovação e implementação de determinadas ações relacionadas a essas metas.

Além disso, uma meta essencial como a expansão de projetos habitacionais pensando em um contexto de adaptação para a crise climática, foi caracterizada como sendo de longo prazo (2021-2050). Os indicadores de sucesso também não foram delimitados, apesar de terem sido listados.

Outra meta relevante para a saúde social é de “Requalificar os espaços públicos viários de modo a favorecer a caminhabilidade, as atividades ao ar livre, a cultura e a convivência.” Se trata de um exemplo de como a urbanização pensada para a resiliência climática possui como consequência direta a melhora da qualidade de vida da população. Alguns objetivos dessa meta

¹¹ SÃO PAULO. PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. **Plano de Ação Climática do Município de São Paulo (PlanClima SP)**. 2022. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/secretaria_executiva_de_mudancas_climaticas/w/acesso_a_informacao/acoes_e_programas/planclimas/315991. Acesso em: 1 abr. 2025.

incluem:

Requalificar 4,5 milhões de metros quadrados de calçadas; • Adotar a prioridade efetiva para os pedestres, estabelecendo travessias mais seguras, com os tempos semafóricos adequados e suficientes, de modo a contemplar e incluir também as pessoas com mobilidade reduzida; • Requalificar os Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem (TCP), considerando as mudanças do clima e os riscos climáticos; • Adotar a estratégia territorial de reforço do desenvolvimento das centralidades¹²

As cidades caminháveis combinam uma série de pontos positivos, incluindo menos emissão de GEE pelos meios de transporte, absorção de carbono pelas áreas arborizadas e desenvolvimento econômico dos bairros. Como consequência social temos maior socialização da população, sensação de segurança nas comunidades, índices reduzidos de sedentarismo e melhora da qualidade de vida como um todo.

Apesar disso, se trata também de uma meta de longo prazo (2021-2050), apesar de não depender de grandes investimentos em infraestrutura e tecnologia. Evidenciando mais uma vez que as metas relacionadas ao desenvolvimento social da Cidade de São Paulo não possuem a prioridade necessária.

2.2 Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da Cidade do Rio de Janeiro (PDS)

Em 2021, a cidade do Rio de Janeiro lançou seu Plano de Desenvolvimento Sustentável¹³. Antes disso, o Rio de Janeiro já tinha sido palco para Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e o Meio Ambiente, a Rio 92, que estabeleceu a Agenda 21. Após, também foi elaborado

¹² SÃO PAULO. PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. **Plano de Ação Climática do Município de São Paulo (PlanClima SP)**. 2022. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/secretaria_executiva_de_mudancas_climaticas/w/aceso_a_informacao/acoes_e_programas/planclimasp/315991. Acesso em: 1 abr. 2025.

¹³ PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da Cidade do Rio de Janeiro**, 05 de junho de 2021. Disponível em: https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/12937849/4327050/PDS_COMPLETO_0406.pdf. Acesso em: 30 set. 2024.

o Plano Visão Rio 500, que estabeleceu metas para a cidade alcançar até o ano de 2065.

O PDS é uma etapa crucial para o desenvolvimento da resiliência climática nas cidades e a ascensão do protagonismo de locais centrais para a economia, sociedade e política, e se caracteriza como:

O Plano de Desenvolvimento Sustentável e de Ação Climática da Cidade do Rio de Janeiro integra, em uma única matriz de planejamento e gestão, os compromissos e documentos importantes que acumulamos nos últimos anos, como o legado de sustentabilidade firmado a partir de 1992 e renovado em 2012, outros compromissos internacionais e instrumentos municipais para a construção de uma visão de longo prazo para a cidade, alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas¹⁴.

O plano elaborado no Rio de Janeiro possui como base a meta climática do Acordo de Paris, que busca a manutenção do aquecimento global em 1,5 graus até 2050 com a neutralização carbônica. Além disso, o plano estabelece metas com prazo de 10 anos de cumprimento, baseadas na Agenda 2030 da ONU e dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável.

O PDS apresenta sua Visão da cidade para 2050, com as metas de cooperação e paz; igualdade e equidade; longevidade e bem-estar; mudanças climáticas e resiliência e governança. Metas intrinsecamente inspiradas e relacionadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU.

De início o PDS do Rio de Janeiro se destaca pelo protagonismo de objetivos compatíveis com o desenvolvimento urbano planejado para a saúde social. A meta geral de Longevidade e Bem-Estar se subdivide em objetivos da cidade, em que se destacam:

- A cidade terá um sistema alimentar sustentável com incentivo à produção agrícola familiar orgânica, alimentos in natura e proximidade entre produtor e produtora e consumidor final. -

¹⁴ PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da Cidade do Rio de Janeiro**, 05 de junho de 2021. Disponível em: https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/12937849/4327050/PDS_COMPLETO_0406.pdf. Acesso em: 30 set. 2024.

Espaços públicos arborizados e equitativamente distribuídos, estimulando hábitos saudáveis na população carioca de todas as idades. - A cidade será reconhecida por promover o envelhecimento saudável, fomentando a integração intergeracional e a sociabilidade da população idosa. - Toda a população terá acesso à infraestrutura urbana de qualidade e moradia regularizada, segura, digna e integrada aos equipamentos da cidade e ao transporte público. - A rede de saúde pública da cidade será de excelência, organizada e multidisciplinar com acesso informatizado aos dados de saúde de pacientes e estará preparada para prover ações específicas para assegurar atenção integral à saúde em todos os ciclos de vida. - A cidade será reconhecida por ter as pessoas como prioridade no planejamento e desenho urbano, ressignificando o ambiente público compartilhado e incentivando os deslocamentos a pé e por bicicleta.¹⁵

Somente nesse parágrafo, já é possível distinguir a priorização de uma cidade arborizada, caminhável, segura e com foco na equidade. Além disso, o plano se diferencia do plano da cidade de São Paulo pela densidade de informações disponíveis sobre o estado atual do bem-estar da população, incluindo dados sobre mortalidade infantil, sedentarismo da população adulta, qualidade da alimentação da população e índices atuais de arborização urbana. É preciso conhecer o cenário de uma população para que ela possa ser aprimorada.

Quando se trata de Espaços Públicos Arborizados, o PDS possui três objetivos com prazos delimitados e submetas a serem alcançadas. Uma dessas metas é de duplicar a cobertura arbórea em ruas, praças e parques da AP3, a área com menor índice de áreas verdes e altas temperaturas médias de superfície se comparada às demais regiões da cidade. Acerca dessa meta, 11 ações estruturantes são listadas para alcançar esse objetivo, desde realizar inventário arbóreo colaborativo para o diagnóstico da arborização local (até 2026) até elaborar e implantar projetos integrados de arborização nas demais áreas públicas prioritárias da cidade em Corredores de Sustentabilidade,

¹⁵ PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da Cidade do Rio de Janeiro**, 05 de junho de 2021. Disponível em: https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/12937849/4327050/PDS_COMPLETO_0406.pdf. Acesso em: 30 set. 2024.

especialmente em ruas, praças e parques (até 2029).

Uma meta relativamente “simples” à primeira vista, demanda extensa pesquisa e planejamento, além de prazos específicos para cada ação que faz parte de uma meta maior. Além disso, fica claro que o PDS reconhece a interdisciplinaridade da ação climática e do bem-estar populacional, representado pelos objetivos de desenvolvimento sustentável 3.d e 11.7 relacionados a esse objetivo de arborização.

O PDS também confirma que a saúde populacional e os diversos problemas relacionados a ela podem ser mitigados pela redução das jornadas de deslocamento diárias dentro da própria cidade. Costumeiramente vinculadas ao distanciamento das residenciais da maior camada da população e de seu local de trabalho. Com essa realidade, o plano apresenta a meta de reduzir em 10% o tempo médio de deslocamento por transporte público acessível entre casa e trabalho, e vice-versa.

Os benefícios de uma meta que engloba descarbonização com qualidade de vida se multiplicam exponencialmente. O objetivo apresentado possui capacidade de reduzir 501,8 mil tCO₂ até 2030 através de projetos urbanísticos de revitalização de espaços públicos em áreas de centralidades e em corredores de transporte; conexão das linhas com projetos cicloviários e áreas habitacionais e acesso a serviços públicos essenciais.

Conclui-se com essa breve análise que o PDS da cidade do Rio de Janeiro possui a saúde social como pilar na adaptação climática, que caminha junto com outras metas da transição energética. Como ponto principal destacam-se as ações estruturantes, que desenham o caminho para o atingimento das metas almejadas passo a passo, com a delimitação do prazo e dos indicadores de sucesso.

2.3 Contrato Climático da Cidade de Haia (CCC)

O Contrato Climático da Cidade de Haia (CCC)¹⁶ representa o compromisso da cidade com a missão da UE de alcançar a neutralidade climática até 2030. Apesar do desenvolvimento social e econômico expressivo da cidade, o CCC reconhece suas desigualdades e, principalmente, a ampliação de desigualdades pela mudança do clima. As áreas mais vulneráveis socialmente também enfrentam os maiores desafios de sustentabilidade, por já contarem com menos espaços verdes e mais residências despreparadas para a amplitude térmica.

Por isso, para além da ambiciosa meta de atingir a neutralidade em suas emissões de GEE, a cidade se preocupa com a resiliência climática, acompanhada pela qualidade de vida de seus habitantes.

O CCC inova ao propor o conceito de *Zero-Emission Zone (Sustainable Mobility and Sustainable Built Environment)*, ou Zonas de Emissão Zero (Mobilidade Sustentável e Ambientes Sustentavelmente Construídos) em tradução livre. As zonas foram pensadas como uma solução para a transição do uso do carro para o aumento de caminhadas, ciclismo e a utilização do transporte público.

Ao reduzir o tempo de transporte entre os locais essenciais (residências, escolas, hospitais, comércios e empresas) diminui-se o número de deslocamentos e quilômetros percorridos por automóveis na cidade. De forma ambiciosa, a cidade planeja aumentar as exigências sobre os veículos que podem transitar em determinadas zonas, com o objetivo final de restringir o transporte de veículos emissores de GEE.

Apesar de exigir mudanças nos hábitos pessoais dos habitantes, o CCC reconhece que sem o planejamento urbano necessário, as escolhas individuais são restritas àquilo que a cidade pode oferecer.

¹⁶ THE HAGUE. **The Hague Climate City Contract**. Disponível em: https://netzerocities.app/_content/files/knowledge/4441/ccc_the_hague.pdf. Acesso em: 29 set. 2024.

De forma geral, percebe-se que o CCC não se distancia daquilo que o Plano Climático do Rio de Janeiro se propõe: planejamento urbano sustentável que une as necessidades sociais com as exigências da adaptação climática. Sem dúvidas o CCC vai além quando se fala em promover zonas com zero emissão de GEE, porém a metodologia de planejar bairros caminháveis e arborizados é comum a ambos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adaptação climática urbana fica atrás, por vezes, das metas de descarbonização e transição energética, foco principal do Acordo de Paris. A adaptação climática pensada em um contexto social escancara que o interesse em democratizar um futuro sustentável, seguro e climaticamente adaptado nas cidades é ainda mais lento que a própria transição para fontes de energia verdes.

Isso se dá como consequência da continuação do histórico de crescimento urbano brasileiro, em que a segurança e o bem-estar foram considerados bens privatizáveis. Assim como no passado, a realidade que se apresenta é que mesmo que o Acordo de Paris se concretize e as metas climáticas atingidas, em um contexto social, a desigualdade nas cidades brasileiras levará ainda mais tempo para ser mitigada.

O aspecto multifacetado da crise climática e a urgência que a pauta demanda naturalmente tornará determinados aspectos dessa pauta menos emergenciais, sendo liderada pelas medidas emergenciais necessárias quando catástrofes já tiverem se instaurado.

Nesse sentido, o plano climático da cidade de São Paulo desenvolve em certa medida a adaptação climática que será necessária para a saúde social de seus habitantes. Contudo, ainda se trata de uma tímida tentativa de promover o mínimo existencial para as populações vulneráveis.

Já o plano climático da cidade do Rio de Janeiro se diferencia em diversos

aspectos, mas demonstra avanço quando comparado com São Paulo. A cidade do Rio de Janeiro divide suas metas em objetivos alcançáveis de curto, médio e longo prazo, impedindo que as metas sejam alocadas para um futuro incerto.

Além disso, o planejamento urbano social da cidade do Rio de Janeiro em muito se assemelha ao planejamento da cidade de Haia, na medida em que ambas tornaram a caminhabilidade, arborização e o bem-estar social um pilar central da adaptação climática.

Ainda será necessário tempo e investigação para determinar a taxa de sucesso dos planos aqui apresentados. Apesar do desenvolvimento de um plano climático excepcional como o do Rio de Janeiro, a adaptação climática urbana depende de uma urgência que ainda está para ser vista nos governos locais.

Apesar desse cenário, pugna-se para que os líderes públicos locais abordem com a necessária relevância a adaptação climática urbana pensada para uma possível e essencial saúde social. A governança pública deve ser orientada para a uma população que precisa viver, e não somente sobreviver a uma transição climática, o que demonstra, ao fim, a confirmação da hipótese levantada.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

BECK, Ulrich. **A metamorfose do mundo**. Zahar: São Paulo. 2018.

CRUWYS, Tegan; MACLEOD, Emily; HEFFERNAN, Timothy; WALKER, Iain; STANLEY, Samantha K.; KURZ, Tim; GREENWOOD, Lisa-Marie; EVANS, Olivia; CALEAR, Alison L.. Social group connections support mental health following wildfire. **Social Psychiatry And Psychiatric Epidemiology**, [S.L.], v. 59, n. 6, p. 957-967, 10 jul. 2023. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s00127-023-02519-8>.

HOLANDA, Cidade de Haia. **The Hague Climate City Contract**. Disponível em: https://netzerocities.app/_content/files/knowledge/4441/ccc_the_hague.pdf. Acesso em: 29 set. 2024.

HÖLSCHER, Katharina; FRANTZESKAKI, Niki; LOORBACH, Derk. Steering transformations under climate change: capacities for transformative climate governance and the case of Rotterdam, the Netherlands. *Regional*

Environmental Change, [S.L.], v. 19, n. 3, p. 791-805, 13 abr. 2018. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s10113-018-1329-3>.

HUANG, Wenwen; LIN, Guangsi. The relationship between urban green space and social health of individuals: a scoping review. Urban Forestry & Urban Greening, [S.L.], v. 85, n. 1, p. 1-20, Jul. 2023. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ufug.2023.127969>.

LAM, Jack; LI, Ang. Effects of climate-related disasters on loneliness, social support, social functioning, and social contacts: longitudinal analyses of impact and recovery. **Scientific Reports**, [S.L.], v. 15, n. 1, p. 1-8, 28 mar. 2025. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1038/s41598-025-95408-w>.

OZEKI, Kayoko; OJIMA, Toshiyuki. Factors Contributing to Pharmacies With Good Disaster Preparedness and the Activities of Their Prefectural Pharmaceutical Association: pharmacies resilience and associations. Disaster Medicine And Public Health Preparedness, [S.L.], v. 18, p. 1-20, 2024. **Cambridge University Press (CUP)**. <http://dx.doi.org/10.1017/dmp.2024.12>.

RAMIREZ-RUBIO, Oriana; DAHER, Carolyn; FANJUL, Gonzalo; GASCON, Mireia; MUELLER, Natalie; PAJÍN, Leire; PLASENCIA, Antoni; ROJAS-RUEDA, David; THONDOO, Meelan; NIEUWENHUIJSEN, Mark J.. Urban health: an example of a health in all policies approach in the context of sdgs implementation. **Globalization And Health**, [S.L.], v. 15, n. 1, p. 1-21, dez. 2019. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1186/s12992-019-0529-z>.

RIO DE JANEIRO. PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da Cidade do Rio de Janeiro**. 2021. Disponível em: https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/12937849/4327050/PDS_COMPLETO_0406.pdf. Acesso em: 30 set. 2024.

SÃO PAULO. PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. **Plano de Ação Climática do Município de São Paulo (PlanClima SP)**. 2022. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/secretaria_executiva_de_mudancas_climaticas/w/acesso_a_informacao/acoes_e_programas/planclimasp/315991. Acesso em: 1 abr. 2025.

WANG, Kun; KE, Yongjian. Social sustainability of communities: a systematic literature review. **Sustainable Production And Consumption**, [S.L.], v. 47, p. 585-597, jun. 2024. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.spc.2024.04.031>.